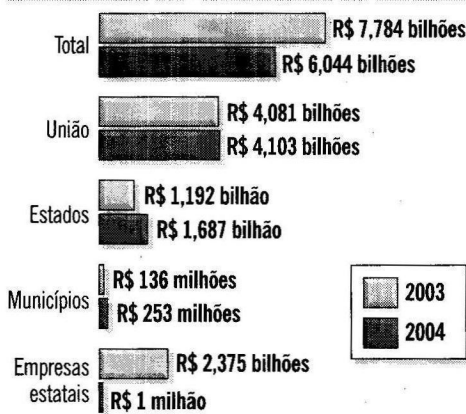


As contas públicas brasileiras

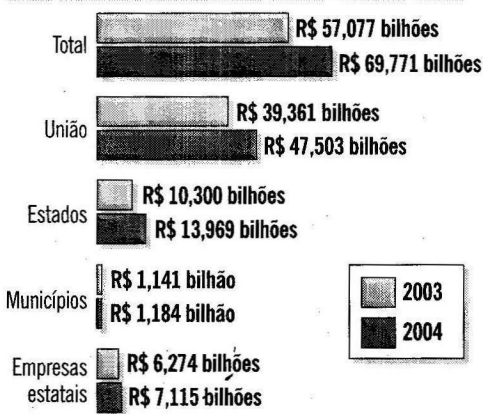
RESULTADO PRIMÁRIO

(diferença entre receitas e despesas, exceto gastos com juros)

Setembro



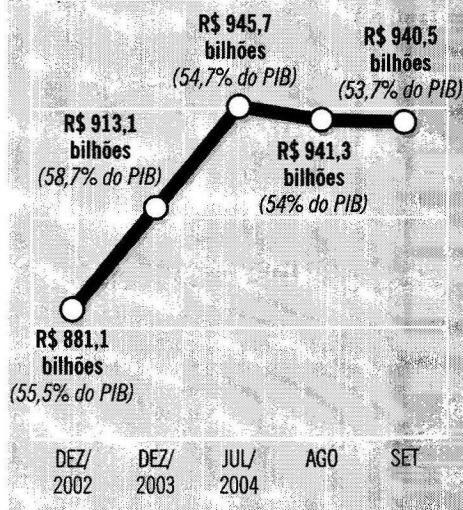
Janeiro a setembro



Meta com FMI para o período: R\$ 56,9 bilhões

FONTE: Banco Central

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



Estatais fazem superávit fiscal do país cair para R\$ 6 bi em setembro

Apesar da queda, setor público cumpriu com folga meta acertada com FMI

Enio Vieira

• BRASÍLIA. As contas do setor público consolidado (governo federal, estados, municípios e estatais) registraram superávit primário de R\$ 6,064 bilhões em setembro, contra R\$ 7,784 bilhões no mesmo mês do ano passado. A queda ocorreu basicamente devido ao desempenho das estatais, cujo superávit caiu de R\$ 2,375 bilhões em setembro de 2003 para só R\$ 1 milhão no mês passado.

O resultado saiu um dia depois do mal-estar entre Banco Central (BC) e Petrobras, causado pela divulgação da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), quando os juros subiram para 16,75% ao ano. O Copom sugeriu que a estatal reajuste o quanto antes o preço do combustível, para que a inflação de 2005 não fique pressionada e as contas da estatal, comprometidas.

Segundo a estatal, a queda do superávit primário não significa que a Petrobras — empresa que mais vem contribuindo para a obtenção de saldos positivos nas contas públicas consolidadas — esteja tendo prejuízo por protelar o reajuste. A explicação técnica é que a estatal está tendo lucro e elevou seus gastos, sobretudo em investimentos. Mas, por outro lado, poderia estar lucrando mais se não estivesse segurando o aumento.

No acumulado do ano, o superávit do setor público está em R\$ 69,771 bilhões, o equivalente a 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB), contra R\$ 57,077 bilhões de janeiro a setembro do ano passado. Já nos últimos 12 meses, o superávit

acumulado está em R\$ 78,867 bilhões (4,78% do PIB).

Apesar da queda, ao registrar o superávit primário (receitas menos despesas, exceto os juros da dívida) de R\$ 6,064 bilhões em setembro, o setor público cumpriu com folga a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para os nove meses deste ano.

Relação dívida/PIB é a melhor desde abril de 2003

O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, esclareceu que não existe um motivo para o desempenho das estatais no mês passado, pois cada uma delas (Petrobras, Eletrobrás) tem uma estratégia própria de investi-

mentos e despesas. Da meta de R\$ 71,5 bilhões prevista no acordo do FMI, ressaltou Lopes, o governo espera que R\$ 11,5 bilhões venham das empresas estatais, que já fizeram R\$ 7,115 bilhões.

— A meta com o FMI é para o setor consolidado. Se as estatais não alcançarem o resultado previsto, a compensação pode vir do governo central (Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central). Este ano, havia preocupação com as eleições municipais. Mas estados e municípios têm tido resultados bastante significativos, com um superávit de R\$ 15,153 bilhões no ano — disse o economista do BC.

Com o alto superávit primário e a valorização cambial,

a dívida líquida do setor público caiu de R\$ 941,3 bilhões (54% do PIB) em agosto para R\$ 940,5 bilhões (53,7% do PIB) em setembro. Segundo Altamir Lopes, a dívida vem apresentando números mais favoráveis em grande parte pela redução da participação dos títulos cambiais. Em dezembro passado, 28,6% da dívida líquida tinham correção pelo câmbio, e este número caiu para 20,8% em setembro. As despesas com juros da dívida pública caíram de R\$ 113,9 bilhões, de janeiro a setembro de 2003, para R\$ 95,284 bilhões no mesmo período deste ano.

— O percentual de 53,7% da relação dívida líquida pelo PIB é o melhor número desde abril de 2003 — afirmou Lopes. ■